

O desafio da alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo

Maria Clara Di Pierro (Professora da Faculdade de Educação da USP)

Rosilene Vieira (Mestranda da Faculdade de Educação da USP)

O momento é propício à reflexão e ação com respeito à alfabetização e à educação das pessoas jovens e adultas. Celebramos em 2008 o vigésimo aniversário da promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou às pessoas de 15 anos ou mais de idade o direito público subjetivo ao ensino fundamental. Aproxima-se o final do período designado pela Lei 10.172 para a consecução das metas do Plano Nacional de Educação. Também estamos a meio termo de vários processos de discussão e ação de âmbito internacional voltados à educação de jovens e adultos, como a iniciativa de Educação para Todos e a Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2011), e no início do Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos. Além disso, o Brasil está prestes a sediar a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA em maio de 2009, em Belém do Pará.

O analfabetismo no Estado de São Paulo

Quando analisamos a evolução do analfabetismo no Brasil ao longo dos últimos quinze anos, verificamos um lento e contínuo declínio dos índices percentuais (Tabela 1), e constatamos que uma parcela ainda muito significativa da população jovem e adulta – 10%, ou cerca de 14 milhões de pessoas - não sabe ler ou escrever: Observamos também desigualdades significativas entre as regiões do Brasil e, no interior destas, entre os territórios considerados urbanos e rurais. No conjunto da população analfabeta, identificamos claramente o predomínio das pessoas de raça negra, mais pobres e idosas.

Tabela 1 – Brasil – Evolução da taxa de analfabetismo 1992 – 2007

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
15 anos ou mais														
Brasil	17,2	16,4	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3	12,4	11,8	11,6	11,4	11,1	10,4	10,0
Norte	14,2	14,8	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3	11,2	10,4	10,6	12,7	11,6	11,3	10,9
Nordeste	32,7	31,8	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,3	23,4	23,2	22,4	21,9	20,8	20,0
Sudeste	10,9	9,9	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,5	7,2	6,8	6,6	6,6	6,0	5,8
Sul	10,2	9,8	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,7	6,4	6,3	5,9	5,7	5,4
Centro-Oeste	14,5	14,0	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,6	9,5	9,2	8,9	8,3	8,1
Localização														
Urbano Metropolitano	8,1	7,4	7,0	6,5	6,5	5,9	5,8	5,6	5,4	5,2	5,2	5,0	4,4	4,4
Rural	35,9	34,5	32,7	31,2	32,0	30,2	29,0	28,7	27,7	27,2	25,8	25,0	24,1	23,3
Raça ou Cor														
Branca	10,6	10,1	9,5	9,4	8,9	8,4	8,3	7,7	7,5	7,1	7,2	7,0	6,5	6,1
Negra	25,7	24,8	23,5	21,8	22,2	20,8	19,8	18,2	17,2	16,8	16,2	15,4	14,6	14,1
Faixa Etária														
15 a 17 anos	8,2	8,2	6,6	5,9	5,4	4,6	3,7	3,0	2,6	2,3	2,1	1,9	1,6	1,7
18 a 24 anos	8,6	8,2	7,2	6,5	6,8	5,4	4,9	4,2	3,7	3,4	3,2	2,9	2,4	2,4
25 a 29 anos	10,0	9,3	9,3	8,1	8,6	7,7	7,2	6,8	6,3	5,8	5,8	5,7	4,7	4,4
30 a 39 anos	12,0	11,6	11,0	10,2	10,3	10,1	9,6	9,0	8,4	8,3	7,9	7,7	7,2	6,6
40 anos +	29,2	27,8	26,1	24,9	24,8	23,3	22,8	21,2	20,4	19,9	19,6	19,0	17,9	17,2

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: Discos/Spa.

CEB: 1 A Pnad não formalizada em 1994 a 2000.

1 Raça negra é composta de pretos e pardos.

3 A partir de 2004 a Pnad passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Mesmo sendo o maior produtor de riqueza do país, o Estado de São Paulo não escapa às conseqüências sociais da desigual distribuição de riqueza, dentre as quais se inscreve o analfabetismo. Embora apresente taxa média de analfabetismo de 5%, inferior à média nacional, São Paulo abriga o segundo maior contingente de pessoas que não sabem ler ou escrever, sendo superado apenas pela Bahia. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, mais de um milhão e meio de paulistas não sabiam ler ou escrever um bilhete simples, a maior parte dos quais tinham mais de 50 anos.

Tabela 2 - Analfabetismo no Estado de São Paulo, por grupos de idade - 2006

Grupos de idade	Total	Alfabetizados	Não Alfabetizados	Taxa de Analfabetismo
15 a 17 anos	2.032.494	2.022.797	9.697	0.5%
18 e 19 anos	1.475.871	1.468.768	7.103	0.5%
20 a 24 anos	3.727.116	3.694.292	32.824	0.9%
25 a 29 anos	3.574.584	3.528.529	46.055	1.3%

30 a 39 anos	6.431.648	6.255.414	176.234	2.7%
40 a 49 anos	5.740.238	5.517.074	223.164	3.9%
50 a 59 anos	4.298.983	3.977.520	321.463	7.5%
60 anos ou mais	4.390.806	3.630.834	759.972	17.3%
Total	31.671.740	30.095.228	1.576.512	5.0%

Fonte: IBGE. PNAD 2006

Os primeiros dados da PNAD 2007 divulgados pelo IBGE sobre a escolaridade dos paulistas indicam que a população com 15 anos ou mais tem, em média, 8,2 anos de estudos, mas 4,6% dos 30,8 milhões de jovens e adultos nunca foram à escola ou a frequentaram por menos de um ano, o que permite inferir que sejam analfabetos. Entretanto, se considerarmos as pessoas que têm menos de quatro anos de estudos, a proporção de pessoas com reduzida escolaridade se eleva a 14% da população de 15 anos ou mais de idade, o que representa nada menos que 4,3 milhões de pessoas.

É preciso considerar que São Paulo possui 645 municípios de porte e características variados e que o analfabetismo se distribui irregularmente no território, entre os grupos étnicos e as classes sociais, de modo que os índices médios não dão conta da diversidade de contextos. Um exemplo se encontra nos indicadores do Censo de 2000 para os municípios paulistas: enquanto a taxa de analfabetismo dos jovens e adultos de Águas de São Pedro era de 2,9%, em Barra do Turvo esse índice se elevava a 21,8%.

É interessante analisar a escolaridade da população com mais de 25 anos que, ao menos em tese, já poderia ter concluído sua formação educacional. Em 2007, dentre os paulistas desse grupo de idade, os 20% mais ricos tinham, em média, 11 anos de estudos, o dobro dos 20% mais pobres, cuja escolaridade era de 5,4 anos. Dos 24,4 milhões de paulistas com mais de 25 anos, 7,8% (1,9 milhão) não tinham sequer um ano de estudos concluídos com êxito, 10% (2,4 milhões) tinham entre um e três anos de estudos e 27,4% (6,7 milhões) tinham de quatro a sete anos de estudos, totalizando 11 milhões de adultos cujo direito ao ensino fundamental completo foi violado, e que demandam oportunidades apropriadas de estudo.

Com respeito à escolaridade da população com 15 anos ou mais, por ora só encontramos dados do Censo de 2000, que computou 18,6 milhões de jovens e adultos paulistas com escolaridade inferior ao ensino fundamental, sendo 1.810.618 de analfabetos, 5.051.116 de pessoas que tinham entre 1 e 4 anos de estudos, e 11.760.667 entre 4 e 7 anos de estudos.

Esses números permitem dimensionar o desafio a ser enfrentado, em regime de colaboração, pelos poderes públicos das três esferas de governo, às quais a legislação

vigente atribui a responsabilidade compartilhada pela implementação de políticas educacionais voltadas aos jovens e adultos.

Qual tem sido a resposta dos governos a esse desafio? É o que veremos a seguir.

O atendimento educacional aos jovens e adultos no Estado de São Paulo

Atualmente, a principal política pública de alfabetização de jovens e adultos é o Programa Brasil Alfabetizado, uma iniciativa do Governo Federal com execução descentralizada pelos estados e municípios. Em São Paulo, o Brasil Alfabetizado tem pequenas dimensões: em 2008 apenas 68 prefeituras municipais estabeleceram convênios com o MEC, mantendo em funcionamento 872 turmas de alfabetização que atendem a 15.825 jovens e adultos.

Organizações da sociedade civil também promovem cursos de alfabetização e qualificação profissional, mas a maior parte do atendimento educacional aos jovens e adultos paulistas realiza-se pelas redes municipais e estadual de ensino.

A oferta de escolarização básica para jovens e adultos no Estado alcançou em 2007, de acordo com o Censo Escolar, 933.825 matrículas - sendo 81% presenciais e 19% semi-presenciais (Tabela 3). No Ensino Fundamental, as matrículas nestas modalidades somaram 448 mil estudantes, o que representa uma cobertura de cerca de 3% da demanda potencial por esta modalidade, demonstrando que o atendimento educacional aos jovens e adultos é claramente insuficiente frente às necessidades sociais.

Tabela 3. Matrículas na EJA no Estado de São Paulo - 2007

Dependência Administrativa	Presencial		Semipresencial		Educação Profissional	Educação Especial	
	Fundamental	Médio	Fund.	Médio		Fundamental	Médio
Total	370.185	378.158	77.938	99.386	161	7.997	1.425
Estadual	124.931	357.039	68.461	92.805	0	817	1.371
Federal	0	46	0	0	161	0	0
Municipal	241.559	11.492	8.025	4.338	0	5.070	32
Privada	3.695	9.581	1.452	2.243	0	7.997	1.425

Fonte: Censo Escolar MEC/INEP, 2007.

Embora no conjunto da educação básica o principal provedor seja o governo estadual (Tabela 3), que ainda hoje responde por quase 70% das matrículas, a participação relativa dos municípios tendeu ao crescimento desde a década de 1990, e hoje é predominante na etapa que lhe corresponde legalmente - o ensino fundamental. Isso se deve ao processo de municipalização da oferta de alfabetização e das séries iniciais do ensino fundamental para jovens e adultos que teve início em 1990, com a extinção da Fundação Educar, e aprofundou-se com ao longo da década em virtude da política de reforma da rede estadual paulista, que desencorajou a expansão do então denominado ensino supletivo e, em 1996, extinguiu - sem maior discussão - pelo Decreto 40.673/96 em sua rede escolar as classes de alfabetização e séries iniciais do ensino fundamental.

Embora os municípios não tenham participado dessa decisão, restou-lhes o encargo de atender os jovens e adultos em seu direito de alfabetizar-se e prosseguir estudos no ensino fundamental. Essa não foi uma tarefa simples, devido à política de fundos adotada pelo Governo Federal de então, na qual as matrículas realizadas no ensino de jovens e adultos não podiam ser incluídas nos cálculos de recebimento dos valores do FUNDEF, Nesse contexto, muitos governos municipais não dispunham de recursos, nem tinham vontade política para priorizar essa modalidade de ensino em detrimento de outras, como a Educação Infantil, cuja demanda social se explicita com maior intensidade.

Diante desse quadro, não é de surpreender que a evolução de matrículas na educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo tenha apresentado um crescimento tímido entre 2002 e 2004 e uma queda real nos anos de 2005 a 2007.

As expectativas de uma reversão dessa tendência estão depositadas nas novas condições de financiamento do ensino criadas a partir de 2007 com a criação do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, que inclui todas as etapas e modalidades de ensino, inclusive a EJA, embora de maneira diferenciada.

A experiência do Programa Brasil Alfabetizado e demais iniciativas governamentais elaboradas como respostas ao desafio exposto neste texto merecem uma avaliação de seus impactos sobre o quadro do analfabetismo no Estado. Tal reflexão precisa ser feita por toda a sociedade, visando o intercâmbio de experiências e a articulação de esforços, com o objetivo de tornar efetivo o direito à educação para todos os habitantes de um estado populoso e influente como São Paulo.

Referências Bibliográficas

CALLEGARI, C. **FUNDEB**: Financiamento da Educação Pública no Estado de São Paulo. 3ª ed. São Paulo, Apeoesp, 2008.

CARVALHO, M. Pagliosa. **A Educação de Jovens e Adultos nas gestões Covas – Aickmin (1995-2005): o que virá depois?** FEUSP. São Paulo. 2006 (Dissertação de Mestrado).

DI PIERRO, Maria Clara et al. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática.** Brasília, UNESCO, 2008.

FÓRUM DE EJA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo – São Paulo**, 2008.

HADDAD, Sérgio et al. Perfil do atendimento em alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** São Paulo, v.74, n.178, p.495-528, 1993.

(www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{644078DA-4940-4C8B-A813-E75DB9AA70FE}_nº_178_V._74.pdf)

Sites Consultados:

FNDE – www.fnde.gov.br

INEP – www.inep.gov.br

IBGE – www.ibge.gov.br

Fundação Seade – www.seade.gov.br

IPEA – www.ipea.gov.br

Secretaria Estadual de Educação de São Paulo – www.educacao.sp.gov.br